

A PROPÓSITO DO MOVIMENTO PARTICIPAÇÃO¹

THE *MOVIMENTO PARTICIPAÇÃO* (“PARTICIPATORY” MOVEMENT)

A PROPÓSITO DEL MOVIMIENTO PARTICIPACIÓN

Maria José dos Santos Rossi

RESUMO: relata a trajetória do Movimento Participação(MP) nascido na enfermagem brasileira em oposição às políticas praticadas pela Associação Brasileira de Enfermagem(ABEn). Artigo escrito pela primeira presidente eleita pelo MP onde são apresentadas as bases do movimento, sua organização, a luta para a conquista do poder e o trabalho desenvolvido pela primeira gestão.

PALAVRAS-CHAVE: movimento participação, políticas de enfermagem, ABEn, história da enfermagem

Quero, neste artigo, relatar minha participação no campo profissional como Presidente Nacional da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), na primeira gestão do Movimento Participação 1986/1989, depois de conturbado processo que propiciou uma “virada” na orientação geral e nas políticas da ABEn para a Enfermagem Brasileira.

OS VENTOS DA MUDANÇA: 1979 COMO MARCO – O CONGRESSO DO CEARÁ

O ano de 1979 – ano do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn) realizado em Fortaleza no Ceará – explicitou um processo de insatisfação na categoria pelos rumos tomados pela nossa Associação, de clientelismo e de colaboração com o Governo, com uma disponibilidade de colaboração com as multinacionais de equipamentos hospitalares e de medicamentos, sem responder aos reclamos dos profissionais. Era presidente nacional da ABEn, a professora Ieda Barreira e Castro, (gestão 76/80) que fez algumas mudanças na entidade trazendo a Secretaria Executiva para Brasília, na nova sede.

Embora a ABEn tivesse dado passos importantes no encaminhamento do ensino da profissão e mesmo na organização da profissão tendo dela saído o Conselho Federal de Enfermagem, os Sindicatos e tendo apoiado as práticas organizadas em torno do indivíduo e da doença, não provocou a articulação com os movimentos sociais que reclamavam naquela época por uma sociedade mais justa e, especificamente por um atendimento de saúde de qualidade e melhores condições de trabalho.

Essa insatisfação manifestava-se como oposição de base, pois as diretorias ao nível central da nossa entidade se revezavam entre Rio e São Paulo, mas tinham as mesmas visões e os mesmos posicionamentos. Apenas era uma luta pela hegemonia baseada em critério territorial. Esta oposição foi crescendo de forma ainda desorganizada.

O movimento sindical da categoria também estava todo o tempo descontente e

¹ Artigo encomendado pela Presidente da ABEn Nacional para a revista dos 75 anos da ABEn.

² Professora Adjunta aposentada da Universidade de Brasília. Ex-presidente da ABEn, primeira gestão da Participação, gestão 86/89. Ex-presidente da Comissão de Especialistas no Ensino da Enfermagem, MEC/SESu, mandato junho/1988 a junho de 2000. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Arte de Cuidar da Vida (NEPAVI) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares CEAM/UnB.

reivindicando melhores condições de trabalho, adicional de insalubridade, plano de classificação de cargos e salários, dissídio coletivo e outras reivindicações.

Estudantes de enfermagem de várias regiões do país, ali presentes demonstravam também insatisfação com a sua participação nos rumos da entidade e da profissão.

A insatisfação foi num crescendo até que, mais tarde, se estrutura em um apelo coletivo e em uma indignação de toda a categoria que votava e não tinha voz, a não ser nas Assembléias de Delegados a cada realização do Congresso Brasileiro de Enfermagem, mas, assim mesmo, somente para aqueles que lá pudessem ir. As presidentes de Seção não tinham um fórum de contato oficial com a Diretoria Central. Enfim, a ABEn era uma entidade muito fechada e não havia disposição de democratizá-la.

A AGLUTINAÇÃO DAS FORÇAS DE OPOSIÇÃO NO CONGRESSO DE SÃO PAULO

Cinco anos depois, no XXV CBEEn, em 1983, realizado na cidade de São Paulo, manifestaram-se três grupos: o de São Paulo, o do Rio de Janeiro e um terceiro grupo empenhado na transformação da ABEn em um “órgão mais atuante e sintonizado com o seu tempo”, que se intitulou **Movimento Participação**, do qual participei de forma ativa.

Nesse Congresso de S. Paulo, solicitamos à presidente da Comissão de Temas, a Professora Victória Secaf um espaço para realizarmos as nossas reuniões e, diante da negativa, em razão alegada dos altos custos das salas no Centro de Convenções Rebouças, reunimo-nos no estacionamento, participando um grande número de enfermeiras e de enfermeiros para a organização de um movimento de oposição à forma como a entidade vinha sendo dirigida.

É necessário ressaltar que eu estivera fora do Brasil com minha família, na Bélgica, com o meu esposo, refugiado político de 1973 a 1980. Logo ao chegarmos ao Brasil, entretanto, me inseri nesse movimento, já que tivera antes envolvida com a ABEn e com as Associações Profissionais, que depois se transformaram em Sindicatos.

Desde final de 1982 a 1984 estive trabalhando com uma equipe, no CEPEEn, como Coordenadora da Comissão de Documentação, a convite da Professora Doutora Maria Cecília Puntel de Almeida, de Ribeirão Preto, que era a Coordenadora da então Comissão de Atividades Científicas e Documentação – CACID e Diretora do CEPEEn. A Comissão de Documentação era composta de profissionais por mim convidados, como uma equipe de Brasília, Arilda de S. Sabas Pucu, Kazue Horigoshi Rodrigues, Luiz Afonso Rocha, Maria Aparecida Gussi e Wilma Santos.

Em 1984, durante a movimentação política, continuamos trabalhando nos catálogos de Informações sobre Pesquisas e Pesquisadores. Certo dia tivemos a desagradável surpresa de não podermos mais entrar na sede da ABEn Nacional para realizarmos o trabalho do CEPEEn, trabalho que era feito à noite, por ordem da então Presidente, Dra Circe de Melo Ribeiro. Ordem essa que nos foi apresentada pelo senhor Manuel, o vigia da sede. Apesar disso ainda, trabalhamos na publicação do número do catálogo do CEPEEn de 1984.

O movimento de oposição apareceu fortemente sob a liderança da ABEn, seção Santa Catarina, cujo presidente – o jovem enfermeiro Jorge Lorenzetti – e seu grupo enfatizavam a preocupação com as condições de trabalho do pessoal de enfermagem e com o tipo de assistência de enfermagem prestada à população.

As décadas de setenta e oitenta foram de grande combatividade dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de salário e, em especial, os trabalhadores da saúde, constituindo-se o MOVIMENTO SANITÁRIO PELA REFORMA SANITÁRIA³ que se vai

³ Reforma Sanitária realizada para as transformações no sistema de saúde vigente. Apesar do grande engajamento dos trabalhadores, não conseguiu mudar a lógica do sistema de assistência médica com base na indústria farmacêutica e de equipamentos hospitalares.

efetivamente realizar nos meados da década de oitenta, tendo no final dos anos oitenta liderado a Reforma Sanitária na 8ª Conferência Nacional de Saúde que culminou com a elaboração do capítulo da Saúde e da Seguridade Social na Constituição de 1988.

O movimento da enfermagem esteve muito envolvido com essas questões e alinhada às palavras de ordem emanadas desse movimento. A grande insatisfação estava ligada a vários problemas como baixos salários, longas jornadas de trabalho, dupla militância em dois empregos para sobrevivência, e, finalmente o veto do Sr Presidente da República ao Projeto n 3225C/1980 que tomou o número 105/82 no Senado Federal, o projeto das 30 horas de jornada de trabalho, depois do mesmo ter sido aprovado na Câmara dos Deputados.

Entre as palavras de ordem estipulava-se uma reivindicação pela **valorização da enfermagem**. Alinharam-se também na liderança dos protestos e na luta política, algumas Seções da ABEn, além de Santa Catarina, a da Bahia, a do Rio Grande do Sul, a do Rio Grande do Norte, a do Ceará, a de Alagoas, a do Rio de Janeiro e a do Distrito Federal, seção à qual eu pertencia.

Assim, as enfermeiras e os enfermeiros participantes desse movimento resolvemos no Congresso do Rio Grande do Sul apresentar uma chapa concorrente à direção da ABEn, no nível nacional. Depois de longas discussões, o meu nome foi indicado não só pela combatividade demonstrada, mas, também, pelo fato de ter estado fora do País por algum tempo, não estando, assim, envolvida com os acontecimentos do período anterior e, sobretudo, por ser negra, como uma forma de reafirmar a efetiva oposição do movimento, uma vez que jamais se pensou em ter uma presidente negra. As indicações para a formação da chapa ficaram a cargo das Seções, embora fossem firmadas algumas orientações gerais.

Fizemos um manifesto onde já enunciávamos novas diretrizes e nova orientação para a nossa entidade. Nele afirmávamos

“que a questão da prática da enfermagem é o fato de ela ainda não ter estabelecido um compromisso próprio, claro e sólido com as necessidades da assistência à população; que a representatividade da Associação na categoria é pequena em função de uma prática fechada e pouco participativa onde não há espaço para manifestação dos interessados; a necessidade de um trabalho conjunto e permanente com todas as entidades de enfermagem; e que a política cultural e técnico-científica da ABEn deve estar voltada para os interesses da enfermagem e da melhoria da assistência prestada à população”.⁴

As dificuldades foram muitas para registrar a nossa chapa. Tivemos que nos mobilizar para tal, com cartas, ofícios, solicitação de audiências para esclarecimento das regras e sempre tínhamos como resposta o Estatuto e o Regimento da ABEn que eram confusos e omissos sobre as regras eleitorais. Tudo isso está documentado na sede da nossa Associação.

AS LUTAS POLÍTICAS PARA AS ELEIÇÕES DE 1984.

Este movimento autodenominou-se, mais tarde, a partir da denominação da chapa que concorria às eleições como MOVIMENTO PARTICIPAÇÃO, com o objetivo de romper com a tradição da entidade. A produção intelectual de enfermeiros era baseada especialmente em componentes técnicos da assistência curativa, não contemplando a compreensão da determinação social do processo saúde doença. (Oliveira, 1990)

Assim, aceitando o desafio, encabecei a chapa de oposição, que pela primeira vez

⁴ Manifesto “Participação na ABEn – gestão 84/88

apresentava também enfermeiros do sexo masculino, para as eleições de 1984 para um mandato de quatro anos, 84/88, tendo como companheiros de chapa, para vice-presidente, Maria Henriqueta Luce Kruse, do Rio Grande do Sul; primeiro-secretário, Jorge Lorenzetti, de Santa Catarina; segunda-secretária, Stella Barros, da Bahia; primeiro-tesoureiro, Eduardo Kascher – de saudosa memória –, de Minas Gerais; como segunda-tesoureira, Isabel dos Santos, de Pernambuco; Comissão de Legislação; João Carlos Pedrazanni, de São Paulo, Comissão de Publicação e Divulgação, Sandra Mendes, do Rio Grande do Sul; para a Comissão de Serviços de Enfermagem, Therezinha Nóbrega da Silva, do Rio de Janeiro; para a Comissão de Atividades Científicas e Documentação, Maria da Glória Miotto Wright, do DF; para a Comissão de Educação, Raimunda Germano, do Rio Grande do Norte; e para o Conselho Fiscal: Maria Rodrigues da Conceição, do Ceará; Alcinéia Eustáquia Costa, de Minas Gerais e Creso Machado Lopes, do Acre.

Tratamos de redigir imediatamente outro manifesto⁵ no qual fazíamos também a exortação aos profissionais com preocupações e críticas quanto à condução da ABEn e à assistência à saúde oferecida pelos governantes e também pelos profissionais de enfermagem. Afirmamos que a luta dos enfermeiros passava pela luta de toda a enfermagem. Finalmente, conclamamos a todos para uma atuação na ABEn no sentido de união para ganharmos as eleições da ABEn em 1984, com uma chapa que denominamos PARTICIPAÇÃO.⁶

Durante todo o período de campanha fizemos vários ofícios à diretoria da entidade solicitando esclarecimentos, ficando todos nós sem resposta. Fomos surpreendidos com uma notícia de que a nossa chapa Participação não poderia concorrer às eleições, pois não estava dentro das normas. Tomamos a deliberação de ir à ABEn, eu e a Professora Maria da Glória Miotto Wright e, com a autorização da Secretaria Executiva consultamos as listas de sócios quites dos estados tidos como não estando em ordem, Bahia, Rio de Janeiro, Amazonas, Paraná e Rio Grande do Sul e verificamos que as ditas irregularidades avocadas à Chapa Participação também eram as da Chapa da situação, denominada Compromisso. Faltavam alguns currículos, alguns componentes não constavam da lista de sócios quites. Assim redigimos uma declaração em 18 de novembro de 1983 comunicando à Diretoria da ABEn que lá entramos com a aquiescência da Secretaria Executiva, e não invadimos a sede como foi largamente noticiado, e verificamos as ditas irregularidades. Diante disto pressionamos e a nossa chapa foi inscrita.

Já havíamos redigido em 14 de novembro de 1983 um ofício à diretoria da ABEn Central solicitando esclarecimentos sobre a composição das comissões que iriam orientar, dirigir e controlar o processo eleitoral; sobre as regras que iriam disciplinar o mesmo em todo o país quais os procedimentos, os mapas, a localização e o tipo das cabines e das urnas eleitorais, a indicação dos fiscais e solicitando, ainda, uma reunião para esses esclarecimentos. A resposta nos foi dada pelo ofício n. 698/83 da ABEn, assinado pela primeira vice presidente, d. Izaura Lopes de Godoy.: "(...) cumpre-nos esclarecer que todos os itens questionados encontram-se esclarecidos no Estatuto e/ou no Regulamento Geral da ABEn, razão porquê estamos enviando em anexo, cópia dos referidos documentos".

AS ELEIÇÕES, A ANULAÇÃO DOS VOTOS, AS LUTAS POLÍTICAS NAS ASSEMBLÉIAS DE DELEGADOS E AS LUTAS JUDICIAIS.

Em 20 de novembro de 1983 encaminhamos nova correspondência à Diretoria da ABEn

⁵ *Manifesto dos candidatos à diretoria nacional e das seções, discutido por toda a categoria que estava engajada.*

⁶ *Participação, por si só, já denotava uma nova forma de conceber a ABEn, que era elitista e que exercia suas funções, autoritariamente.*

Central reafirmando os termos da carta anterior, estranhando o fato de não terem sido dados os esclarecimentos das regras pela Comissão de Preparo de Chapas e também denunciando o fato de que colegas da atual diretoria tinham forte influência sobre a mesma. Esta carta foi assinada por mim, por Maria Henriqueta Luce Kruse e por Maria da Glória Miotto Wright, todas membros da chapa Participação.

Fizemos matérias para os jornais denunciando as manobras, o que me valeu uma queixa crime, um processo aberto pela senhora Circe de Melo Ribeiro em nome da diretoria, pois em momento algum citávamos nomes, mas a diretoria como um todo.

Não é difícil entender e pensar nas dificuldades pelas quais passamos todos, e em particular eu – uma negra – com pretensões até então inimagináveis de ser presidente de uma associação nacional de enfermeiras e enfermeiros.

Oliveira (1991, p. 38) afirma que: “O Movimento Participação é um processo de luta e intervenção política interna e externa, gerado pela própria crise da Enfermagem Profissional e da sociedade brasileira, configurada como uma crise de identidade do enfermeiro, de sentimentos e idéias, dos costumes e tradições, da ciência da enfermagem, das práticas políticas (passividade, colaboração com o “*status quo*” ou combatividade), bem como em razão da desvalorização econômica e social do trabalho da enfermagem.”

Como podemos verificar, as enfermeiras e os enfermeiros falavam em nome de toda a enfermagem embora não fosse permitida a filiação de outros profissionais da enfermagem, como auxiliares e, somente uma porcentagem de técnicos de enfermagem na ABEn, confundindo a profissão com o campo profissional.

A seção de Santa Catarina, tinha, como proposta, criar uma única entidade da enfermagem, na qual todos pudessem ter voz e voto. Mas essa perspectiva ficou isolada, embora tivesse o apoio do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e parte da Bahia, apenas para os Técnicos de Enfermagem. A proposta mais ampla de filiação de todos os pertencentes ao campo profissional não foi apoiada pela ampla maioria dos profissionais enfermeiros.⁷

A sessão de homologação das chapas se deu em reunião fechada durante 8 horas e daí saiu uma comissão formada pelas enfermeiras Josefina de Melo, Sandra Mendes e Maria Cecília Puntel de Almeida para propor-nos um **acordo de damas** para o bom andamento do processo eleitoral. Mas as propostas não eram claras e, nós presentes, eu, Maria Henriqueta Luce Kruse, Arilda de S. Sabas Pucu e Maria da Glória Miotto Wright reivindicávamos direitos iguais para as duas chapas sem a devida resposta. As reivindicações de nossa parte se fizeram mais insistentes e, assim, a enfermeira Eleusa Gereba de Farias da Comissão de Apuração expediu um documento em 23 de dezembro, ainda incompleto e um segundo documento que não explicitava ainda o que solicitávamos. Assim, redigimos um outro documento esclarecendo as nossas preocupações e já prevendo o que aconteceria depois.

A Comissão Especial de Apuração para a **Consolidação dos Resultados e mapas das seções e apuração final dos resultados** composta pelas enfermeiras Clélia Márcia Córdoba – presidente, Maria Lúcia M. Pinha, secretária e Maria do Socorro Nascimento, mesária, estava assessorada pelas enfermeiras Circe de Melo Ribeiro, Izaura Lopes de Godoy, Terezinha Lírio do Patrocínio, Maria Edna Frias Xavier e Judith Feitoza, todas pertencentes à Diretoria da ABEn e, pelo seu advogado, dr Jorge Vinhaes, que tinham acesso a todos os documentos de apuração, embora estivessem presentes os fiscais da chapa Participação que apresentaram vários protestos. A reunião realizou-se durante os dias 18, em horário comercial e 19 durante todo o dia até as 6 horas do dia 20/4.

Feita a consolidação dos dados, vários estados tiveram seus votos anulados dando a

⁷ V. *Proposta de Reformulação do Estatuto da ABEn, no seu art. 10 apresentado pela Seção Santa Catarina.*

vitória à chapa Compromisso, patrocinada pela diretoria. Durante esse processo vários protestos foram registrados pelas nossas fiscais, para cada anulação anunciada: Arilda de S. Sabas Pucu, apresentou sete protestos demonstrando, por exemplo que um membro da Comissão de Apuração da ABEn Central funcionou como fiscal credenciado da chapa situacionista no Hospital Presidente Médici, em Brasília e também como presidente da Comissão de Apuração da mesma seção.

Outros motivos apresentados para as anulações, foram interrupção de horário das eleições mesmo com as atas apresentando os motivos; encerramento da ata do primeiro dia de votação que não deveria ser interrompida, etc. Fidélia Vasconcelos de Lima apresentou outros três protestos. A colega Maria Angélica Gomes também estava presente como fiscal da Participação.

Convém ressaltar que a mobilização das apoiadoras da Chapa Compromisso se fazia também, mas, em geral eram oficiais, através informativos da entidade, como por exemplo o da Dra Taka Oguisso presidente da Seção/SP que enfatizava:

“É hora, pois, de repensarmos a Enfermagem, analisando quem e que **grupos estão se candidatando às eleições da ABEn-Central e se propondo a conduzir os destinos da classe;** analisando como o grupo se organizou para racionalizar trabalhos e para melhor utilizar os poucos recursos existentes. É utopia pensar que a Diretoria eleita poderá a todo instante consultar colegas de todo o Brasil, num país de dimensões continentais como o nosso. Nunca haverá recursos suficientes para financiar tantas viagens e reuniões.” (grifo nosso).

E mais adiante: “Por que não prestigiarmos quem já mereceu aclamação nacional da própria classe, numa justa e merecida homenagem, prestada pela própria Assembléia de Delegados da ABEn, por decisão unânime votada para outorgar o título de Membro Honorário à Dra Ivete Ribeiro de Oliveira, em 1975?”

Como prevíamos, ganhamos as eleições, segundo o nosso relatório com 2859 votos contra 2566 da chapa da situação, mas a diretoria conduziu o processo anulando várias urnas de forma a não possibilitar a nossa vitória, alegando irregularidades. Daí em diante, foi uma grande luta política, jurídica e policial mesmo, com grande mobilização – que não é o caso de aprofundarmos aqui – e em dois anos fomos convocadas a fazer um acordo, pela então presidente, Maria Ivete Ribeiro de Oliveira.

A mobilização foi muito grande em todo o país com discussão nas seções sobre o processo eleitoral, publicidade em todo o Brasil em nível local, telegramas enviados à diretoria questionando a situação, protestando sobre o relatório da Comissão de Apuração, repudiando as manobras realizadas e, finalmente questionando a anulação dos estados apenas para a eleição nacional e dando validade às eleições regionais realizadas no mesmo pleito. Consultamos a OAB para entrar com medida cautelar contra a validade do resultado.

A Seção SC publicou uma **CARTA ABERTA À ENFERMEIRA MARIA IVETE RIBEIRO DE OLIVEIRA** contestando afirmações por ela feitas e desafiando-a “a provar suas acusações e a tomar uma atitude digna, aceitando a decisão da maioria, recusando-se, assim, a assumir bionicamente a ABEn, pela dignidade da profissão e da Entidade.” (grifos no texto).

A ação judicial ordinária de Anulação das eleições, impetrada pela Chapa Participação também foi arquivada uma vez que houve posterior negociação.

Após as anulações a mobilização ocorreu em vários estados do país de forma muito intensa, como (BA, ES, PR, CE, DF, RS, Ribeirão Preto/SP, RN, SC, SE, AL, MG, GO, MT, PB, PI, MA, e parte do RJ) com ‘cartas-abertas’ para os enfermeiros nos estados em que os votos foram anulados e em outros estados em solidariedade ao movimento. Em julho de 1984 a presidente da ABEn, Dra Circe de Melo Ribeiro assina um comunicado oficial aos enfermeiros, intitulado ‘Eleições da Associação Brasileira de Enfermagem – 1984/1988, que contém o item FLASHES DAS IRREGULARIDADES QUE CULMINARAM COM A ANULAÇÃO DE VOTOS parciais ou totais das seções PA, SC, RS, BA, DF, RJ, PB, ES, GO, MT e SE, além dos

Distritos de Uberlândia em MG), Niterói, Petrópolis, Volta Redonda, no RJ, Baurú e Sorocaba em SP, e Londrina no PR.

Além das razões apresentadas para as anulações o comunicado oficial afirmava ainda que: "(...) a Diretoria da ABEn, por unanimidade, aprovou a instalação de um processo na justiça contra Maria José dos Santos Rossi, para que ela possa provar todas as suas alegações registradas pela imprensa e contidos em outros documentos distribuídos aos enfermeiros".

O requerimento para o processo de QUEIXA CRIME dirigido ao Meritíssimo Juiz da 7ª vara Criminal de Brasília, data de 11 de maio de 1984 e versa sobre Calúnia e Difamação, foi assinado pelo advogado da entidade Dr Jorge Alberto Vinhaes e afirmava que "A única ofendida por uma questão de economia processual é a D. Circe de Melo Ribeiro, pois à calúnia foi dirigida a toda a diretoria da ABEn – Associação Brasileira de Enfermagem, mas buscando simplificar as coisas a Presidente fica como única ofendida; (...)"

Em 26 de junho fui citada como 'querelada' e constituí como advogado a Dra Herilda Balduino de Souza. Esse processo não foi à frente. Finalmente foi arquivado. Várias cartas e telegramas de solidariedade me foram enviados de todos os estados do Brasil, além de uma campanha de levantamento de fundos para o pagamento de advogado.⁸

O CONGRESSO DE MINAS GERAIS – A POSSE NO CLUBE DOS OFICIAIS

O XXXVI Congresso Brasileiro de Enfermagem realizou-se em Belo Horizonte de 28 de julho a 03 de agosto de 1984 em um clima político muito difícil, de ânimos acirrados onde se daria a posse da Chapa Compromisso depois de todo esse processo dolorido e de sérias dificuldades políticas e relacionais, como em toda crise política.

Teve como Temas Oficiais: Tema I, Desenvolvimento e Saúde compreendendo diversos subtemas; Tema II, Relações de Trabalho e saúde com vários subtemas; e Tema III O papel social da mulher e sua influência na saúde, também com vários subtemas, no MINASCENTRO de Belo Horizonte.

A Assembléia Extraordinária de Delegados que validaria as eleições estava prevista para o dia 28 de julho, sábado, durante todo o dia e, no domingo, dia 29 durante todo o dia estava prevista a Assembléia Ordinária de Delegados, no Campus da Saúde da UFMG antes da sessão solene de abertura do mesmo, que seria às 21 horas do dia 29 de julho. A posse da nova diretoria seria realizada no Clube dos Oficiais, em Assembléia de Delegados, após nova AD das 14 às 18 horas no dia 03 de agosto.

No seu discurso de boas vindas aos participantes a Presidente da ABEn – MG, enfermeira Maria José da Silva (1984), Presidente da Comissão Executiva do Congresso saudou os mesmos enfatizando que "Minas é também um centro de ideais democráticos, de sentimentos de nacionalidade e de grandes movimentos de libertação nacional. Basta lembrar que daqui partiu a primeira tentativa de liberdade dos ideais dos Inconfidentes, que sonhavam com a independência da pátria." (Silva, [1984])

Seguida pela Presidente da ABEn Central, Dra Circe de Melo Ribeiro afirmou, enfatizando a importância do Encontro em Minas Gerais: "(...) Estado onde brotaram os ideais de independência que sempre nortearam o povo brasileiro".

Parecia ironia do destino!!!

Seguiram-se outros oradores, o Secretário de Saúde Dr. Dario Faria Tavares e o Ministro da Saúde, Dr Valdir Arcoverde.

A segunda Assembléia Ordinária de Delegados convocada pela Presidente da ABEn foi instalada no horário previsto, mas a votação da pauta foi muito questionada, pois o assunto a

⁸ *Arquivos da ABEn Nacional*

ser colocado em pauta seria o das eleições e a diretoria resistia aos diferentes pedidos e solicitações das seções para que o assunto eleições fosse colocado como prioridade para ser discutido. Diante da insistência da AD para que se discutisse o assunto, e em função dos seguidos discursos sobre o mesmo tema, a Presidente se retirou do plenário, acompanhada pelos membros da Diretoria, com excessão das enfermeiras Maria Cecília Puntel de Almeida e Sandra Maria de Abreu Mendes e por alguns delegados, sem consulta aos membros da AD e muito menos deliberação da mesma, quando estava sendo discutida a competência da AD. com alguns membros inscritos para fazerem seus pronunciamentos.

A sessão foi suspensa momentaneamente e vários delegados ficaram indignados e continuaram a manifestar a sua discordância com a Diretoria e propondo que fosse dado continuidade aos trabalhos, com base no Estatuto e no Regulamento da ABEn; tendo também respaldo no parecer de um advogado da UFMG, Dr. Nauro Borges de Rezende, que ali compareceu solicitado por membros da Chapa Participação conforme sugestão da senhora Presidente Dra Circe de Melo Ribeiro, quando ainda presidia os trabalhos.

Ele afirmava que “Despacho judicial indeferindo a liminar de posse da chapa proclamada eleita pela Diretoria da ABEn, não constitui impeditivo legal para que a AD., instâncias máxima de deliberação da entidade, discuta e delibere sobre o assunto. Também opinou acerca da legalidade da continuação dos trabalhos desde que este fosse o desejo dos delegados presentes” (ABEn, 1984). Foi aprovado por aclamação do plenário a continuidade dos trabalhos e a constituição de uma Mesa Diretiva, composta pelas delegadas Clélia Soares Burlamaque, Vice-Presidente em exercício da Presidência da Seção RS e Dilma Neto Menezes, Presidente da Seção PE. Estavam presentes 91 delegados representando 19 Seções.

Esses delegados votaram manifestando-se em desacordo com a decisão da Diretoria, propondo-se discussões sobre duas propostas: **1. a proclamação da vitória da Participação ou 2. anulação das eleições.** Em nome da Chapa Participação eu e Maria Henriqueta Kruse havíamos procurado a Dra Maria Ivete para que ambas as chapas abrissem mão das candidaturas para convocação de novas eleições não tendo sido aceito tal acordo.

A primeira proposta colocada em votação **proclamação da vitória da Participação** foi rejeitada por quarenta e oito votos contra por quarenta e um votos a favor, e duas abstenções, estando a AD dividida quanto a essa questão. (ABEn, 1984 a)

A outra proposta votada foi a de **anulação das eleições com constituição de uma Diretoria Provisória**, aprovada com oitenta e nove votos a favor e dois contra. Assim foram constituídas as Comissões Diretivas Provisórias em nível Nacional e nas Seções.

Foi feita uma petição por decisão da AD à Presidente da ABEn para que ela convocasse uma AD para apreciar e aprovar a ata da reunião do dia 29 em primeiro de agosto do mesmo ano. Não tendo sido aceita pela Presidente, foi convocada nova reunião que teve como presidente e secretária, Clélia Soares Burlamaque do RS e Nair Portela Coutinho do MA.

Após a aprovação da ata, passou-se aos outros assuntos. Entretanto informou-se que, preocupados com a negativa da senhora Presidente, os Presidentes das Seções RS, SC, RN, PE, MA, AM, BA, SE, ES e PI realizaram uma reunião com a presidente da ABEn Central às doze horas e trinta minutos do mesmo dia para fazer ponderações, mas ela respondera que daria posse à Dra Ivete e sua chapa Compromisso, proclamada eleita, no próximo dia três de agosto e que a questão já estaria na justiça. (ABEn, 1984 b)

A delegada Denise Elvira Pires de Pires propôs que se constituísse Comissão Diretiva Provisória em substituição ao termo Diretoria Provisória e que essa fosse composta por sete membros, sendo três do DF, um da BA, um do RS, um de MG e um de SC., proposta que foi aprovada por unanimidade. Compuseram a Comissão Diretiva Provisória por indicação da Seções as delegadas: por SC, Eliana Marília de Faria; pelo DF, Arilda de S. Sabas Pucu, Maria Aparecida Gussi e Erlita Rodrigues dos Santos; pela BA, Maria Jenny Silva de Araujo; pelo RS, Clélia Soares Burlamaque; por MG, Maria Auxiliadora Córdoba Cristóforo. Os nomes foram aprovados

por unanimidade. Foi enfatizado sempre por nós (ABEn, 1984 b) a **Unidade da ABEn** e que a criação das Comissões Diretivas Provisórias, como o nome já indicava tinha caráter provisório de encaminhamento do processo judicial e a implementação das medidas dele decorrentes e não era para criar uma outra entidade, como aconteceu com a criação da Associação Brasileira de Educação em Enfermagem, ABEE.

A posse da Chapa Compromisso se deu no Clube dos Oficiais em situação de tumulto e perseguição policial às lideranças do MP. O Hino Nacional entoado por todos os enfermeiros que não concordavam com a situação nos livrou de sermos presos, dentro do Clube de Oficiais pela movimentação e impossibilidade da continuidade do ritual previsto para a posse. Em virtude das dificuldades e da insegurança houve uma reunião com o governador do Estado Tancredo Neves. Foi, também, mantido contato com Presidente da OAB de Minas Gerais, coordenador de Direitos Humanos, o Dr José Alfredo Baracho para nossa orientação geral, na sua residência, cujo contato foi feito por mim mesma e pela Professora Dra Maria de Lourdes Souza de SC. Estávamos em situação de perigo.

Foram contatados também, por razões de segurança dos membros da Chapa Participação, o Comando de Greve dos professores da UFMG, o Pró Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da UFMG, Dr. Evandro Mirra, hoje Presidente do CNPq e o Deputado Federal pela Bahia, Haroldo Lima.

AS COMISSÕES DIRETIVAS PROVISÓRIAS (CDP)

A denominação Comissão Diretiva Provisória como já afirmamos, foi proposta pela colega Denise Pires da Seção SC. O procedimento da Comissão Diretiva Provisória Nacional foi repetido no nível regional, constituindo-se Comissões Diretivas Provisórias nos estados onde o pleito foi anulado. Elas tinham como função continuar a mobilização, acompanhar os processos na justiça e encaminhar as atividades das Seções. O 'per capita' das seções cujos votos foram anulados foram depositados em juízo, dificultando as ações e decisões da Diretoria empossada.

A NEGOCIAÇÃO DA DIRETORIA DA ABEN E A MUDANÇA DE ESTATUTOS – NOVAS ELEIÇÕES PARA 1986

Nos primeiros dias de setembro de 1985, depois de um ano de gestão com muitas dificuldades, a Presidente da ABEn Central, Dra Maria Ivete encarregou a Vice-Presidente da mesma, Senhora Clarice Judith Ribeiro Cazolla para me contatar, propondo a pacificação das enfermeiras e dos enfermeiros e da ABEn aos membros da Participação.

Tendo sido convidada pela Vice-Presidente para uma reunião, contatei os membros da Comissão Diretiva Provisória Nacional e no dia quatorze de setembro realizamos uma reunião na sala de reuniões do Departamento de Medicina Geral e Comunitária da Universidade de Brasília, com os seguintes membros: Pela Diretoria da ABEn Central as enfermeiras: D. Clarice Judith Ribeiro Cazolla, Vice-Presidente; D. Neide Maria Freire Ferraz, Coordenadora da Comissão de Educação; D. Nalva Pereira Caldas, Coordenadora da Comissão de Serviço de Enfermagem; D. Maria José Schmidt, da Comissão de Reformulação dos Estatutos da ABEn. Pela Chapa Participação: Maria José dos Santos Rossi, como representante do 'Movimento Participação', e os Presidentes das Comissões Diretivas Provisórias seguintes: Victor Hugo Della Valentina do RS; Jonas Salomão Spricigo de SC; Rita de Cássia Duarte Lima do ES, e Louralina Maciel Menezes de SE.

A reunião foi presidida pela senhora Vice-presidente que propôs a pauta e teve como decisões unânimes os pontos seguintes: 1. Eleições nos quatro estados que estavam com Comissões Diretivas Provisórias: RS, SC, ES e SE; 2. Redução do mandato das Diretorias da ABEn Central das Seções e dos Distritos; 3. Regularização do 'per capita' proposto pela Diretoria

A propósito do movimento...

da ABEn Central e 4. Realização do XXXVIII Congresso Brasileiro de Enfermagem na cidade do Rio de Janeiro.

A Vice-presidente se comprometeu a levar essa decisão como proposta para a AD de Recife, em 16 de novembro de 1985 “comprometendo-se a reformular o Estatuto vigente, incluindo no capítulo das Disposições Transitórias, a redução do mandato das atuais diretorias (...)” (ABEn, 1985)

e as eleições deveriam ser realizadas com base no novo Estatuto que deveria ser aprovado na AD convocada para esse fim. A posse dos eleitos deveria se dar no Rio de Janeiro, em outubro de 1986, no XXXVIII CBEn.

AAD, entretanto decidiu que AS ELEIÇÕES DEVERIAM SER GERAIS EM TODAS AS SEÇÕES E DISTRITOS, reduzindo assim o mandato de todas as diretorias.

Feitos os reparos no estatuto, formamos nova chapa para novas eleições, com a mesma base: eu, como Presidente; Stella Barros, da Bahia, como Vice; Rita de Cássia Duarte Lima, do Espírito Santo, como Primeira Secretária; Terezinha Francisca Moreira, de Minas Gerais, como Segunda-Secretária; Madge Lima Leite, de Goiás, como Primeira-Tesoureira; Vitor Hugo della Valentina, do Rio Grande do Sul, como Segundo-Tesoureiro; na Comissão de Educação, Abigail Moura Rodrigues, do Rio Grande do Norte; na de Legislação, Jorge Lorenzetti de Santa Catarina; na de Publicações e Divulgação, Clélia Soares Burlamaque, do Rio Grande do Sul; na de Serviço de Enfermagem, Iara de Moraes Xavier, do Rio de Janeiro; no Centro de Estudos e Pesquisa em Enfermagem, Semíramis Melani Melo Rocha, de S. Paulo. E, no Conselho Fiscal: Marilene de Andrade Uchoa, do Pará; Edelita Coelho de Araújo, da Bahia e Jonas Salomão Sprícigo, de Santa Catarina.

Chamadas as eleições haviam duas chapas e saímos vencedores com a Chapa Participação. Não houve problema, pois as regras tinham sido abertas e negociadas. O processo foi claro e sem dificuldades, fora aquelas comuns em campanha eleitoral.

AS ELEIÇÕES NEGOCIADAS E A POSSE DA PARTICIPAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

A nossa posse no Rio de Janeiro se deu no XXXVIII CBEn; este aconteceu entre 20 a 24 de outubro de 1986. Teve como Tema Oficial – Os 60 anos da ABEn e a Enfermagem Brasileira, constando três temas: I- A contribuição da ABEn na Educação, na Construção do Sber e na Prática da Enfermagem; Tema II- A questão da Mulher e a Profissão de Enfermagem; III- A Assistência de Enfermagem nos Programas de Saúde. Realizou-se no Hotel Nacional, em meio a uma grande expectativa da categoria e uma grande ansiedade diante das perguntas que nós mesmos nos fazíamos de como seria o evento. Foi um momento de grande emoção para mim e para os combativos profissionais de todo o país. Representou a ABEn nessa oportunidade, a Vice-presidente D. Clarice Cazolla que nos passou a presidência sem maiores dificuldades e, depois, no início da gestão muito nos ajudou na sede.

AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS PROPOSTAS – NO NOVO DESENHO DA ENTIDADE

Procuramos compreender a entidade do ponto de vista gerencial para intervir na sua estrutura e na sua organização, nas suas relações de poder, na sua capacidade de mobilização para a participação das associadas, nas relações com outras entidades de enfermagem e da saúde, nas relações com o governo e com as indústrias farmacêuticas e de equipamentos, e a questão do seu financiamento, visto que a filiação não é obrigatória. Nessa oportunidade iniciava o meu doutorado em ‘Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber’ no departamento de Antropologia da UNICAMP, afastada das minhas atividades docentes.

Dos membros da Diretoria, apenas eu morava em Brasília. Para responder aos desafios do dia a dia da sede e do Brasil, tive que, muitas vezes deixar minhas atividades acadêmicas

para responder às questões colocadas pelo cargo e pela categoria, embora trabalhássemos em uma espécie de colegiado onde as decisões eram coletivas. O telefone era o nosso instrumento de trabalho.

Dentre as mudanças estruturais que conferimos foi a mudança de Estatuto criando o Conselho Nacional da ABEn, o CONABEN, composto pelas presidentes de Seção que agora tinham um fórum de discussão e de decisão como instância intermediária entre a Assembléia Nacional de Delegados, a AND e a Diretoria Nacional da ABEn. Isso nos ajudava nas decisões porque eram mais cabeças pensantes e representativas para a tomada de decisão e facilitava a tomada de temperatura da categoria, além do que nos aliviava de muitas viagens, pois as presidentes das Seções podiam nos representar nos eventos pelo Brasil afora.

Mudamos a estrutura dos CBEn, (Rossi, 1987, p. 12) os temas e as relações com as multinacionais de equipamentos e de medicamentos, o que nos valeu muitos aborrecimentos na categoria. “Consideramos o CONABEN, o meio pelo qual faremos e (fazemos) a integração da entidade na medida em que as seções estão integradas no processo de decisão da entidade. Os problemas das categorias que compõem a ABEn em cada estado, são refletidos e trabalhados em conjunto com vistas à compreensão de que somos uma única entidade, que a diretoria nacional ou central, como chamamos, é apenas um ‘órgão executivo da política formulada pelas instâncias; (...)’”(Rossi, 1987, p. 12)

OS EIXOS NORTEADORES DA GESTÃO – AS RELAÇÕES COM AS MULTINACIONAIS DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E DE MEDICAMENTOS

A chapa manteve o mesmo programa com os cinco eixos norteadores:

1. Refletir sobre o processo de trabalho de enfermagem na organização dos serviços de saúde numa sociedade capitalista; 2. Construir um projeto de enfermagem para assistência e organização dos serviços de saúde; 3. Propor em conjunto com as demais entidades de enfermagem a definição de uma plataforma nacional de desenvolvimento da categoria com formas de lutas unitárias; 4. Desenvolver um programa nacional de profissionalização (enfermeiros, técnicos e atendentes de enfermagem) e sua absorção no mercado de trabalho; 5. Implantar uma campanha nacional de sócios através de atividades concretas de organização da categoria. (ABEn, 1989)

O Movimento Participação, em sua primeira gestão (86/89), sob a minha presidência, refletiu as contradições políticas e ideológicas do momento brasileiro e da categoria e introduziu nova visão da enfermagem do seu processo de trabalho e nova dinâmica de trabalho para a enfermagem.

Oliveira (1990, p.133) afirma que:

“Para o Movimento Participação (MP) é fundamental o processo de geração de um conhecimento novo que se origine da explicitação das raízes da crise da Enfermagem, o que se dá através do próprio desvendamento do processo de trabalho, passando a ser este o fio condutor do movimento intelectual que se amplia nos 39º, 40º e 41º Congressos Brasileiros de Enfermagem (CBEn), no 5º Seminário de Pesquisas em Enfermagem (SENPE), nas definições de políticas da categoria e na prática de enfermagem profissional neste momento.”

Enfrentamos contraditórias posturas ideológicas e políticas elitistas, entre as quais a resistência dos sócios– a filiação de outros atores do campo na sua associação (auxiliares, técnicos de enfermagem e enfermeiros práticos).

Havia e há ainda na profissão, uma crença de que a enfermagem é uma ciência. Na verdade ela é uma prática social como acentua *Foucault* (1995); havia a crença de que as

A propósito do movimento...

ações de enfermagem são apolíticas; esta postura apresenta sérias incoerências teóricas e práticas, e um discurso que não se sustenta na prática realizada. O MP não conseguiu reverter e transformar essas posturas, mas plantou a semente.

OS CONGRESSOS DE 87 NA BAHIA, DE 88 NO PARÁ E 89 EM S.CATARINA

O primeiro Congresso da nossa gestão foi realizado na Bahia entre 23 e 27 de novembro de 1987. Teve como tema **O trabalho na Enfermagem** “temas que nos instrumentalizaram para a compreensão da luta da enfermagem.” (Rossi, 1989, p. 25.28)

Modificamos a estrutura dos CBEs, criando um momento de ‘análise da conjuntura brasileira’ com o objetivo de se conhecer o ‘estado da arte’ da sociedade brasileira no que diz respeito aos seus aspectos políticos, econômicos e sociais.

Foram modificadas as nossas relações com as multinacionais de medicamentos e de equipamentos farmacêuticos que antes davam opinião e até definiam as bancas examinadoras dos prêmios científicos. Assim nos expressamos naquela oportunidade: “Não negociamos e nem negociaremos a nossa independência enquanto entidade. Não aceitamos vender a nossa autonomia por nenhum preço. Desejamos apenas que as nossas relações sejam respeitadas sem, entretanto, ferir o princípio que nos é caro de autonomia. Autonomia para a entidade, autonomia para o setor (saúde) e autonomia para o Brasil.” (Rossi, 1989, p. 11-13)

Naquela oportunidade também nos manifestamos sobre as diferenças existentes na categoria e na Diretoria afirmando que

“A nossa diretoria constitui-se em uma unidade de interesses na diversidade. (...) Aproveitamos os momentos de contradição para aprender, para crescer, e, mais ainda, para juntos exercitarmos as nossas capacidades na construção de uma democracia interna. Se lutamos pela democracia na sociedade é importante conseguirmos viver democraticamente. Vivemos a riqueza da diferença de pontos de vista sem sermos reducionistas! E é por isso que crescemos juntos. O mesmo processo estamos experimentando com os nossos colegas presidentes das Seções através da instância chamada Conselho Nacional da ABEn.” (Rossi, 1989, p. 12)

Manifestamo-nos ainda sobre a nossa participação enquanto pessoa e enquanto entidade nos “movimentos sociais de mudança, como Reforma Sanitária, Constituinte e o dos Previdenciários e estamos preocupados com o estabelecimento do Sistema Único de Saúde, tanto do ponto de vista técnico de competência das nossas categorias, como do ponto de vista da participação popular da sociedade civil organizada, dos trabalhadores e também dos usuários desse sistema.”(Rossi, 1989, p. 12).

Stella Barros a Presidente da segunda gestão do Movimento Participação assim se expressa;

“Reconstruir a prática de enfermagem passa por rever, repensar e refazer esta prática (...). Se ontem era necessário, hoje se torna imprescindível a participação da totalidade da enfermagem nesse processo, em que cada ator tem sua especificidade nas ações a serem desenvolvidas. O modelo de atenção à saúde que propugnamos, deve responder a um projeto de assistência que garanta a integralidade das ações, aqui entendida como a problemática de saúde da população, e portanto, referida a agravos à saúde, fatores de risco e determinantes dos problemas de saúde. Como tal, deve produzir impacto na qualidade de vida da população.” (Barros, 1990)

O segundo CBE , XL Congresso da primeira gestão do MP realizou-se em Belém do Pará, em 1988, dentro da mesma orientação. Apresentou como tema A Força de Trabalho na

Enfermagem, cujo pré-congresso se deu na Semana de Enfermagem teve como tema **Enfermagem e Constituinte**.

Nesse Congresso foi apresentado o resultado dos “Subsídios para a formulação de uma Política de Profissionalização sem qualificação específica empregada no setor saúde”, para a elaboração do “Plano Nacional de Profissionalização dos Atendentes” conjuntamente pelas duas Comissões de Legislação (Jorge Lorenzetti) e de Serviço de Enfermagem (Iara de Moraes Xavier) com as propostas enviadas pelas Seções.

Também foi aprovado o documento “Subsídios para elaboração de uma proposta de Currículo Mínimo para a formação de Enfermeiros” formulado pela Comissão de Educação (Abigail Moura Rodrigues) assessorada pela Comissão de Especialistas no Ensino de Enfermagem da SESu, MEC (Vilma de Carvalho) com vistas à elaboração da proposta de Currículo para a formação do Enfermeiro.

Ainda estudamos a questão da Residência em Enfermagem, realizamos o 5^o Seminário Nacional de Pesquisa, publicamos o VIII volume do Catálogo de Informações sobre Pesquisas e pesquisadores em enfermagem, programamos o Guia de Literatura em enfermagem, traduzimos o livro de Florence ‘Notes on Nursing’ e editamos junto com a Editora Cortez, três cadernos de Enfermagem - Normas e critérios de atuação dos enfermeiros, o caderno sobre O ensino de Pós graduação e reeditamos o caderno de Virgínia Henderson. (ABEn, 1988)

Finalmente em 1989 no 41^o CBEEn, em Florianópolis cujo tema foi **Os desafios da Enfermagem para os anos 90**, tivemos como sub-temas: Realidade sócio econômica no Brasil na década de 80 e perspectivas para os anos 90; A situação da enfermagem na década de 80; A saúde no Brasil na década de 80 e perspectivas para os anos 90 e O conhecimento técnico científico da Enfermagem e a problemática atual da gestão. Foi uma avaliação do nosso trabalho e propostas de linhas de orientação para o futuro.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO PARTICIPAÇÃO E A ELEIÇÃO DA MINHA SUCESSORA

Entendo que o MP é espaço privilegiado de discussão, de reflexão, de estabelecimento de novos conceitos, proporcionando a formação de novas opções de educação com seminários para a mudança de currículo para a enfermagem e de uma prática hospitalar e comunitária engajada no respeito ao outro, concebendo que o interlocutor tem também algo a dizer sobre sua vida, sua saúde e seu estado de doença e, até, sobre sua morte.

Um aspecto que defendíamos ardorosamente e que foi levado a contento foi a pluralidade de concepções na enfermagem, considerando-as como uma matriz disciplinar (*Kuhn*, 1975) relativizando as diferentes concepções filosóficas e metodológicas na enfermagem, entendendo que todas elas poderiam, e podem dar, contribuição ao conhecimento específico da área, pois nenhuma das tradições tem a visão global do conhecimento, e, pensando que a Associação com essa orientação poderia crescer e dar efetivamente nova direção à nossa profissão (ABEn, 1989), entendendo, ainda, que a “democratização” se dá também no nível das idéias.

Assim também, aceitei participar da Comissão Nacional da Reforma Sanitária,⁹ como representante das enfermeiras e dos enfermeiros. Por estarmos naquele momento mais mobilizadas, terminamos por representar os outros profissionais da saúde à exceção dos médicos, enfrentando os interesses do setor privado.

Redefinimos as relações da entidade com as empresas tecnológicas do Setor da Saúde, possibilitando a participação delas com conteúdos tecnológicos relevantes para a enfermagem,

⁹ A Comissão Nacional de Reforma Sanitária (CNRS) foi responsável pelo capítulo Saúde, na Constituição de 1988.

o que nos causou muitos problemas com estas empresas, algumas delas chegaram, até mesmo, ao boicote de suas contribuições, na compra de "stands", nos congressos e a espalhar boatos sobre nós no seio da categoria, evidentemente com o apoio da nossa oposição.

Elas participavam "dando as cartas", oferecendo sorteios, viagens e hospedagens para enfermeiras em hotéis de luxo para fins pessoais durante os congressos e, não, para a participação efetiva nas atividades científicas e culturais; se aventuravam também a fazer indicação de conferencistas e participação ostensiva nas Bancas de Julgamento de Prêmios.

Foram também redefinidos os critérios para as relações internacionais com nossas congêneres no mundo e também foi criado o Fórum Nacional de Entidades. Apesar dos avanços e das propostas à condução desse movimento, enfrentaram-se muitas dificuldades como o corporativismo, a participação de maior contingente de associados, a presença de atitudes radicais e atitudes mediadoras e negociadoras entre os membros da própria diretoria e entre os associados, enfim de intelectuais que conduziam o MP, além das dificuldades nas práticas administrativas, com a publicação e a democratização do saber produzido. Com todos esses percalços, foi instaurada a nova situação e foram lançadas as bases para uma nova concepção dessa arte de cuidar.

A Comissão de Legislação, sob a coordenação do colega Jorge Lorenzetti realizou um excelente estudo sobre a então nova Lei do Exercício Profissional, de forma crítica e bem atualizada.

Por motivos financeiros tivemos problemas com a publicação da REBEn, durante a nossa gestão cuja coordenadora da Comissão de Publicação e Documentação a colega Clélia Soares Burlamaque não deixou de envidar esforços para tal, tendo conseguido publicar poucos números da nossa ReBEn embora os números estivessem prontos para a publicação.

É de bom tom assinalar que, como trabalhamos em conjunto, o trabalho do Conselho Fiscal muito nos ajudou, inclusive com os vários problemas que tivemos com a nossa sede em Brasília, as reformas que tivemos que fazer para racionalizá-la e, também, com a manutenção da mesma.

Todas essas informações podem ser encontradas nos documentos existentes nos arquivos da nossa sede.

O final do mandato se deu no 41º CEBEN, em Santa Catarina onde duas candidatas se apresentaram internamente, na diretoria: as colegas Stella Barros, Vice-presidente e Abigail Moura Rodrigues, então Coordenadora da Comissão de Educação. Ambas tinham votos na diretoria e Stella Barros saiu como candidata às próximas eleições.

Consideramos que ambas eram excelentes candidatas com uma importante ficha de trabalhos prestados à categoria. Mas a colega Stella foi vencedora desse momento. Apresentou-se uma outra chapa liderada pelo enfermeira Lourdes Torres de Cerqueira de SP, mas a candidata da Participação foi a vencedora do pleito.

Considerando ter dado a minha contribuição à ABEn, afastei-me da militância, durante muito tempo, para tratar da minha vida particular. Em 1998 fui surpreendida com a minha indicação pela Universidade de Brasília, após ter sido Pró-reitora de Extensão de 93/97, para compor a Comissão de Especialistas do Ensino de Enfermagem da SESu/MEC, tendo aceito.

Pela Portaria n. 146/98 da SESu, de 10 de março, fui designada membro da Comissão de Especialistas de Ensino de Enfermagem, com mandato de dois anos com mais três colegas: Máguia Costa Stefanelli, de São Paulo, que declinou imediatamente, sendo substituída pela colega Matilde Meire Miranda Cadette, de Minas Gerais; Maria Jenny Silva Araújo, da Bahia, que também não aceitou, sendo substituída pela colega Emília Campos de Carvalho, de São Paulo; e Cilene Aparecida Costardi Ide, de São Paulo.

Necessário se faz notar que o membro da Comissão residente em Brasília não recebe nenhum jeton, ou coisa que o valha, dedicando-se ao trabalho com suas despesas de almoço, de transporte, pagas do seu bolso.

A grande tarefa dessa Comissão de Especialistas foi aprimorar a proposta de Critérios de Qualidade para a Avaliação e Reconhecimento dos Cursos de Graduação em Enfermagem e estabelecer as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Graduação em Enfermagem, com a nova orientação do Conselho Nacional de Educação e da nova LDB (Lei 9394/96).

A Comissão anterior, presidida pela colega Maria Auxiliadora Córdoba Christóforo iniciou, depois de um longo tempo de hibernação das referidas comissões, fez um trabalho de garimpagem e produção de documentos estabelecendo os Critérios de Qualidade acima referidos. Tratamos de atualizá-los e de dar uma nova forma. Fizemos um grande esforço para a elaboração da proposta que, se não me engano, está ainda na internet na página da SESu/MEC.

Sempre com as perspectivas de trabalho defendidas durante a nossa passagem pelo Movimento Participação procuramos a Presidente da ABEn, a colega Eucléa Gomes Vale para um trabalho em conjunto. A ABEn, entretanto, por motivos que desconhecemos demorou um tempo para dar resposta à nossa solicitação. Assim pressionadas pelo tempo dado pela SESu, solicitamos pela internet a contribuição das escolas de enfermagem públicas, privadas e comunitárias o mais rápido possível e confeccionamos uma proposta.

Finalmente realizamos um Seminário em Brasília, na sede da ABEn, cujas despesas dos membros que habitam fora do DF da Comissão foram pagas pela SESu/MEC para a discussão do documento proposto pela Comissão sobre as Diretrizes Curriculares. A reunião foi muito tensa e demonstrou pontos de vista contraditórios, de resto como todas as outras reuniões que participei na ABEn sobre o tema. Mas mesmo assim aproveitamos dentro do espírito do que existe de avanço na nova LDB as contribuições ali coletadas e em maio de 1999 produzimos aquele documento que ainda se encontra na página da SESu na internet, estando atualmente no Conselho Nacional de Educação.

O texto foi muito questionado pela categoria das enfermeiras lideradas pela Comissão de Educação da ABEn, mas parte dele foi apresentado em uma segunda proposta na qual foram retiradas as terminalidades propostas, com a justificativa de que seriam especializações precoces. A outra grande contestação fora em relação aos Cursos Seqüenciais entendido como um perigo para as enfermeiras no mercado de trabalho, assim como a diminuição do número total de horas do curso de 4.000 para 3.500 horas.

PALAVRAS FINAIS

Finalmente queremos afirmar que todo esse trabalho na ABEn durante o Movimento Participação que hoje está na sua quinta gestão, foi executado com muito amor e muita dedicação. Acharmos que algumas prioridades devem ser retomadas, mas afinal de contas todo movimento político ou associativo tem suas dificuldades e seus momentos de ascensão. Esperamos que a categoria continue a prestigiar e a contribuir com as abnegadas que se dispõem a trabalhar à frente da entidade que é muito pesado e motivo de renúncias seguidas, de vida, de conforto e de vivência com a família.

Queremos também agradecer à colega Presidente da ABEn, Eucléa Gomes Vale que num gesto democrático e de muita sensibilidade solicitou-me esse relato. Quero agradecer às colegas que tiveram acesso ao texto pela paciência e também dizer que se omiti muita coisa, e, por certo isso aconteceu, foi por dificuldades minhas em ver os fatos de forma mais global, embora tenhamos feito um esforço de memória e de objetividade.

ABSTRACT: This study reports the trajectory of the Participatory Movement (MP), which was created in opposition to the policies carried out by the Brazilian Association of Nursing (ABEn). This article, written by the first president elected of the "participatory" movement, presents the principles of the movement, its organization, the struggle for leadership, and the work developed in the first

administration.

KEYWORDS: participation movement, nursing policies, ABEn, history of nursing

RESUMEN: Relata la trayectoria del Movimiento Participación(MP) nacido en la enfermería brasileña en oposición a las políticas practicadas por la Asociación Brasileña de Enfermería (ABEn). Artículo escrito por la primera presidenta del MP en el que se presentan las bases del movimiento, su organización, la lucha para la conquista del poder y el trabajo desarrollado por la primera gestión.

PALABRAS CLAVE: movimiento participación, políticas de enfermería, ABEn, historia de la enfermería

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. *Relatório de Atividades Gestão 1986/1989*. Brasília, 1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Assembléia Extraordinária de Delegados, Belo Horizonte. *Ata da Assembléia realizada em 1º de agosto de 1984a*.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Brasília. *Ata da reunião de negociação entre a Diretoria da ABEn e as Comissões Diretivas Provisórias*, realizada em 14 de setembro de 1985.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. *Boletim Informativo da ABEn*, Brasília, ano 30, n. 5, dezembro 1988.

BARROS, Stella Maria Fernandes de. Apresentação do Programa do 42º CBen . CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 42., 1990, Natal. *Programa...*Natal: ABEn, 1990.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

KUNHN, Thomas. *As revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975

OGUISSO, Taka. A quem interessa? *Informativo Paulista / ABEn-SP*, mar.labr. 1984.

OLIVEIRA, Francisca S. Valda. *Associação Brasileira de Enfermagem: mudanças e continuidades – a propósito do movimento participação (1979/1989)* 1990. 208 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

RIBEIRO, Circe de Melo Ribeiro. Flashes das irregularidades que culminaram com a anulação de votos. *Informativo ABEn*, Brasília, maio de 1984.

ROSSI, Maria José dos Santos. Discurso da Presidente da ABEn na Sessão de Instalação do XXXIX CBen. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 3., 1987, Salvador. *Anais...* Salvador: ABEn, 1987. p. 12

ROSSI, Maria José dos Santos. Discurso da Presidente da ABEn na sessão de instalação do XL CBen. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM, 41., 1989, Florianópolis. *Anais...*, Florianópolis: ABEn, 1989. p. 25-28.

SILVA, Maria José da. Discurso da Presidente ABEn-MG. *Boletim Informativo do XXXVI CBen*, Belo Horizonte, 1984, p. 1